

# O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

## LUTAR PELO FIM DA ESCALA 6X1, SEM CONCESSÃO AO CAPITAL!



Movimento das Mulheres Indígenas do Médio Xingu fecha o acesso ao aeroporto de Altamira Foto: @sos.tapajos

Nesse mês de maio intensifica-se a disputa pelos rumos das lutas pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho. A proposta governista, ajustada para ser arrastada até as vésperas do pleito eleitoral, rebaixou a pauta apresentada pelos movimentos e partidos revolucionários que a levantaram apostando na luta de massas. A PEC do fim da escala 6x1, protocolada no Congresso pautando uma redução de jornada para 36 horas semanais na escala 4x3, foi descartada pelos partidos da frente ampla em bene-

fício de um projeto lei que estabelece a jornada máxima em 40 horas semanais na escala 5x2.

Enquanto as forças burguesas e pequeno-burguesas buscam “saídas negociadas” junto a setores ditos “democráticos” do capital, reafirmamos que o 1º de Maio é um instrumento para retomarmos esse debate e sua explicação paciente junto aos trabalhadores. Podemos, com a força da classe trabalhadora, reduzir a jornada de trabalho para 30h semanais e escala de 4x3, sem redução de salários! **pág 3**

## MULHERES INDÍGENAS LIDERAM LUTA CONTRA MINERADORA EM ALTAMIRA (PA)

A ocupação da sede regional da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), em Altamira (PA), protagonizada por povos indígenas do Médio Rio Xingu, consolidou-se ao longo do mês de março como um dos principais focos de resistência contra o avanço do projeto de mineração da empresa canadense Belo Sun na

região da Volta Grande do Xingu.

Liderado em grande parte pelo Movimento das Mulheres Indígenas do Médio Xingu (MMIMX), o ato reuniu cerca de 500 indígenas de diferentes etnias e expôs denúncias de irregularidades no licenciamento ambiental e violações de direitos fundamentais. **pág 7**

### VIVENDO A ANTESSALA DA GUERRA:

Como podemos dar conta de explicar correta e cientificamente as disputas que vemos hoje? **pág 5**

### GRANDES EMPRESAS, PEQUENOS IMPOSTOS:

Política tarifária de governo Lula-Alckmin defende grandes empresários. **pág 8**

### AMEAÇA AOS DIREITOS TRABALHISTAS:

Julgamento no STF tende a enfraquecer as garantias dos trabalhadores. **pág 11**

### ENTREGUISMO AVANÇA SOBRE TERRAS RARAS:

Governo e oposição bolsonarista convergem no entreguismo das terras raras brasileiras. **pág 12**

## Editorial

## As tarefas dos comunistas para o Dia Internacional de Luta da Classe Trabalhadora!

A organização da classe trabalhadora e demais classes oprimidas em torno do 1º de Maio continua sendo marcada por uma conjuntura nacional e internacional que ataca e explora cada vez mais o proletariado de mais camadas oprimidas. Se, em 1º de Maio de 1925, a publicação do jornal *A Voz Operária* foi um marco histórico para o proletariado brasileiro, 101 anos depois e seguindo a tradição leninista, a organização da agitação e da propaganda comunista não é apenas necessária: é a única forma possível para aqueles que levantam as bandeiras do proletariado sem concessão ao capital!

A conjuntura nacional do ano de 2026 deve ser desvelada para além do movimento particular de cooptação dos espaços e do calendário de lutas que é avistado nas localidades. A cooptação e a organização do 1º de Maio como forma de palanque é mais uma das inúmeras expressões da desmobilização encampada pelo social-liberalismo e seu caráter burguês. Nas lutas atuais, especialmente pelo fim da escala 6x1, ficou evidente que, em momentos de ascenso popular, forças revolucionárias conseguiram impulsionar a mobilização e pressionar pelo protocolo da PEC.

A tarefa dos comunistas para o 1º de Maio deve ser usar esse espaço e tempo para dar as melhores explicações à classe trabalhadora, indo além de apenas desmascarar a falsa polarização entre a extrema-direita e o social-liberalismo no Brasil e no mundo. O funcionamento do imperialismo-capitalismo, hoje o principal organizador dos conflitos a nível internacional, marca a explicação marxista-leninista para a *guerra enquanto política por outros meios*, mostrando o melhor caminho para a compreensão dos capitais monopolistas em disputa, e suas consequentes repercussões.

No cenário nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem se mantido firme na defesa do seu papel de vanguarda da destruição dos direitos trabalhistas, marcado também por interesses privados dos seus próprios integrantes. Como o *Jornal O Futuro* tem denunciado desde o início de sua veiculação, o Brasil tem caminhado a passos largos rumo à completa destruição dos direitos trabalhistas por meio da pejotização, que transforma o vínculo empregatício em mero contrato em pessoas jurídicas.

No mesmo cenário, a política do governo federal de priorizar os incentivos ao setor privado e entregar o controle da exploração de terras raras ao capital estrangeiro é mais um dos elementos da fragilidade do discurso sobre soberania tão propagandeado por Lula no último período. Enquanto potências imperialistas competem pelo controle e exploração dos minerais brasileiros, a corrida presidencial passa a ser também um espaço de disputa sobre quem controla o discurso em torno da entrega desses recursos estratégicos. Portanto, nossa tarefa enquanto comunistas deve ser demonstrar como a disputa pelas terras raras no Brasil tem revelado um embate entre diferentes setores da burguesia monopolista internacional.

A experiência recente tem mostrado uma velha verdade: governos de conciliação de classes não rompem com a exploração. Durante todo o mês de maio será preciso fortalecer as bases de organização, agitar a luta nos locais de trabalho, estudo e moradia, ocupar as ruas e reafirmar a independência política da classe trabalhadora diante dos interesses do capital.

## Sindical

## Alternativa Bancária do Distrito Federal se estabelece como força da oposição sindical depois de eleição

*As chapas em disputa eram a chapa de situação, ligada à Contraf-CUT, e a chapa da Alternativa Bancária do DF (ABDF), encabeçada pelo bancário do BB e dirigente local do PCBR, Rhuan Maciel*

Entre os dias 9 e 13 de março, ocorreram as eleições para a diretoria do Sindicato dos Bancários de Brasília (SEEB-DF). As chapas em disputa eram, por um lado, a chapa de situação, ligada à Contraf-CUT e encabeçada pelo dirigente da CUT-DF, Rodrigo Britto, e, por outro, a chapa da Alternativa Bancária do DF (ABDF), encabeçada pelo bancário do BB e dirigente local do PCBR, Rhuan Maciel.

A eleição só teve uma disputa real pela força e trabalho anterior da ABDF, um grupo que une diversos setores da categoria, de organizações políticas e movimentos distintos, para levar um programa combativo e de classe para os bancários do DF e do Brasil. O camarada Rhuan Maciel explica que “a ABDF não surgiu do nada, foi fruto do trabalho de dois anos desde a última campanha salarial, um trabalho que exigiu muito, especialmente do nosso Partido, em conseguir organizar a categoria nas lutas que tivemos e se apresentar como força real nessas eleições, construindo uma unidade com outras forças com base em um programa claro”.

A campanha eleitoral foi bastante disputada, contando com esforços não apenas dos bancários, mas de um corpo de dirigentes e militantes que foi enviado para auxiliar na disputa do sindicato. O SEEB-DF é um dos sindicatos mais importantes da categoria bancária, porque é em Brasília que ficam as sedes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. “O setor bancário é um setor estratégico no capitalismo brasileiro e tomar as trincheiras da luta econômica que são os sindicatos é fundamental para mudarmos a correlação de forças a favor dos trabalhadores, porque são escolas para a luta de classes”, afirma o Secretário Sindical do CC do PCBR, Diego Miranda, que esteve acompanhando a disputa em Brasília.

A eleição deu vitória à chapa de continuidade, da burocracia sindical cutista, com aproximadamente 66% de votos. Isso significa que aproximadamente um terço dos bancários do DF já compreenderam que não é possível confiar na conciliação de classes e que a categoria tem perdido

direitos e condições de trabalho por causa da visão política do sindicalismo pelego.

Esse resultado é ainda mais significativo se comparamos com a última eleição, em 2022, em que não havia chapa de oposição. À época, a chapa cutista teve 5.545 votos em um pleito com aproximadamente 5990 votantes; nas eleições de 2026, com 7.958 votos (cerca de 2.000 a mais), a situação perdeu aproximadamente 400 votos e a ABDF foi quem realmente trouxe novos bancários para a luta, aumentando o número de votantes e demonstrando que o sindicato pode ter um rumo distinto, se apontar com clareza para a luta de classes.

A importância dessa eleição também está ligada às lutas da categoria bancária em nível nacional deste ano. A Campanha Nacional unificada de bancários é um grande patrimônio da categoria, mas é subordinada à burocracia da Contraf-CUT, que há anos amarga acordos tímidos pintados como “grandes vitórias” e desestimula as formas de luta dos trabalhadores.

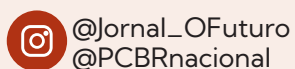
Na Campanha Nacional de 2022, buscaram, junto à CONTEC, ligada à CTB, impedir que os trabalhadores usassem a greve como instrumento de pressão contra os bancos. Na Bahia, por exemplo, não foi possível segurar a força da categoria que, respondendo ao chamado do PCBR, conseguiu ter maioria para aprovar greve na época; também no Maranhão, no Rio Grande do Norte e em Bauru e região (SP), onde os sindicatos não são controlados pela CUT ou pela CTB, a luta foi mais intensa e contou com paralisações.

Este ano, a Campanha Nacional se reforça com a presença da ABDF como um dos polos de organização dessa luta. Mesmo com a derrota nas eleições do sindicato e a debandada de organizações vacilantes de dentro da ABDF, é por meio dela que vai se organizar o polo mais combativo da categoria em 2026 no DF. A ABDF, junto às oposições sindicais de diversos estados e aos sindicatos do Rio Grande do Norte, Maranhão e Bauru e região, já estão nos preparativos para uma reunião nacional de oposições bancárias para os próximos meses.

**CONTRIBUA PARA A SEDE NACIONAL DO PCBR EM SP**

Ajude-nos a construir um ponto de referência para a luta de classes em São Paulo e fortaleça a luta revolucionária no Brasil!

PIX: SEDE.PCBR@GMAIL.COM



@Jornal\_OFuturo  
@PCBRnacional



@Jornal\_OFuturo  
@PCBRnacional



@Jornal\_OFuturo  
@PCBRnacional

Leia também pela internet: [jornalofuturo.com.br](http://jornalofuturo.com.br)

Política

# O 1º de Maio de 2026: Lutar pelo fim da escala 6x1, sem concessão ao capital!



Foto: Jornal O Futuro

O mês de abril, como é de costume, foi um mês de grande trabalho de mobilização do PCBR e da UJC no rumo do dia 1º de Maio, Dia Internacional de Luta da Classe Trabalhadora.

O momento em que vivemos tem confirmado nossos diagnósticos desde o XVII Congresso (Extraordinário), em 2024, como um momento de agudização das contradições interimperialistas, o que se vê no aumento acelerado de movimentações bélicas, ataques ao Irã e ao Líbano, assim como a continuidade do genocídio palestino; nas ameaças de sufocamento final do socialismo em Cuba e movimentações contrarrevolucionárias no país; na intervenção dos EUA sobre a Venezuela, com a captura de Nicolás Maduro, e subsequente ingerência direta na política do país; na continuidade do conflito interimperialista na Ucrânia; e em outras movimentações mais, como a recente disputa em torno do Estreito de Ormuz. Nada disso é coincidência ou visão de um ou outro governante mais ou menos reacionário. São necessidades e desdobramentos da própria dinâmica do sistema imperialista-capitalista, que impõe às potências a necessidade de disputar essa hegemonia para sustentar seus próprios monopólios.

Em todos os países, a conjuntura é de grandes ataques à classe trabalhadora pelo grande capital, que tenta sistematicamente dispor de mecanismos para aumentar sua taxa de lucro e, conseqüentemente, a exploração contra nossa classe. Para isso, as burguesias de cada país tentam impor uma agenda cada vez mais reacionária, in-

cluindo a mobilização dessa agenda pelos setores social-democratas e social-liberais, que vai desde a austeridade fiscal até o populismo penal. A extrema-direita se fortalece como “alternativa” da gestão burguesa precisamente na medida em que colhe os frutos da desilusão com a gestão “humanizada” ou “progressista” do capitalismo. A alternância de governos no capitalismo serve a isso: desempenhar, em alguns momentos, funções de ataque frontal contra os trabalhadores e, em outros, de apaziguamento das massas e de retorno de sua confiança no decrépito e carcomido modo de produção capitalista.

Enquanto as forças burguesas e pequeno-burguesas buscam “saídas fáceis” para essa situação, inclusive apontando alianças entre setores “democráticos” do capital com os trabalhadores, como no caso da Frente Ampla no Brasil e de todos os seus apoiadores, nós sabemos que não há como vencer as forças do capital se aliando a ele. No curso das principais lutas políticas em curso hoje no país, com destaque para o fim da escala 6x1, isso tem se tornado cada vez mais óbvio: no momento do ascenso espontâneo de massas, as forças revolucionárias do país deram conta de direcionar momentaneamente a luta e criar uma pressão suficiente para que a PEC fosse protocolada.

O próprio governo Lula teve que recuar para reorganizar sua posição em relação a essa luta, dadas as proporções que tomou: se, em um primeiro momento, a posição apresentada pelo Ministro do Trabalho era de rebaixar essa luta política unificada ao nível de lutas

econômicas parciais, agitando para que isso não virasse uma pauta nacional, mas que fosse abraçada em cada sindicato, por cada categoria, separadamente; a partir de maio do ano passado o governo progressivamente foi incorporando a pauta e a utilizando como elemento de agitação eleitoral, ao mesmo tempo em que busca retirar os elementos mais avançados da discussão e abrir espaço para reduções muito pequenas da jornada de trabalho e da escala semanal.

Os momentos eleitorais são sempre particularmente difíceis para os partidos revolucionários. A luta eleitoral é, sempre, uma forma recuada de luta e, nas democracias burguesas, representam formas de cooptar as forças da classe trabalhadora para uma visão de “participação no Estado”. A maior parte das organizações políticas “de esquerda”, em vez de desmascarar seu caráter burguês e apresentar as eleições como um ponto de apoio para a agitação e organização da classe, o apresentam como um “ente neutro” em disputa.

Isso tem impactos particulares quando uma parte das organizações políticas apoiarão a Frente Ampla nas eleições. O cálculo eleitoral, e não as necessidades da classe trabalhadora, será a base para várias delas se colocarem nesse primeiro de maio, inclusive apoiando a demagogia governista em torno do fim da escala 6x1. O PCBR não tem qualquer dúvida, e isso já comprovou na prática, da necessidade de derrotar essa escala e de que podemos, com a força da classe trabalhadora, reduzir a jornada de trabalho para 30h semanais e escala de 4x3. As condições de

produtividade do capital, o tamanho do exército industrial de reserva (composto por desempregados, subempregados, “desalentados”, informais etc.) e as necessidades de sustento e empregabilidade dos trabalhadores dão base para essa afirmação. Qualquer um que diga que isso não é factível está se deixando apropriar (ou apropriando ativamente) a visão do grande capital sobre a estrutura econômica do país. Qualquer um que diga que é preciso mudanças “graduais” nesse aspecto está se calando sobre o fato de que os ataques da burguesia aos direitos dos trabalhadores não foram graduais, mas pancadas duras e violentas, como no caso da Reforma Trabalhista, que rapidamente impactou a formalidade dos trabalhos e ainda inseriu novos regimes, como o do trabalho intermitente, tornado “constitucional” pelo STF no fim de 2024.

Se, no 1º de Maio, retomamos esses debates é para confrontar diretamente as posições que defendem o atual governo ou sua reeleição. Para o PCBR, não se trata de “disputar o governo” à esquerda, como se “faltasse apenas um empurrão” para ele se comprometer com as pautas dos trabalhadores; menos ainda, de “reconhecer que pelo menos fez alguma coisa boa”. Trata-se de explicar seu caráter de classe burguesa, social-liberal. Apresentaremos, no jornal O Futuro deste mês de maio, um balanço sobre a política do governo para os direitos trabalhistas. Recomendamos a todos os trabalhadores e trabalhadoras que leiam, para que possam tomar conhecimento do que está além da propaganda demagógica e eleitoral da Frente Ampla. Ao mesmo tempo que esfria mobilizações de rua, o governo tenta aproveitar esse momento para fins eleitorais. A pauta da redução da jornada foi rebaixada para 40h semanais em projeto apresentado à Câmara em regime de urgência. Contudo, sem mobilização dos trabalhadores, mesmo a proposta rebaixada poderá ser ainda mais retalhada.

Por isso, reforçamos nosso chamado e apresentamos com clareza nossa posição. Não vamos criar condições para uma vitória da classe trabalhadora se não conseguirmos definir claramente os interesses e as formas de luta da classe trabalhadora, nos marcos da independência que ela tem que construir em relação à burguesia. O 1º de Maio é o melhor momento para retomarmos esse debate e essa paciente explicação à classe trabalhadora, particularmente em um ano eleitoral, em que a falsa polarização entre a extrema-direita e o social-liberalismo aparecem como se fossem centrais na política nacional e internacional. Não apenas seremos derrotados, mas nem sequer criaremos condições para nossas vitórias, se entendermos que a classe trabalhadora deve encarar as concessões à burguesia como parte integral de sua luta para a tomada do poder de Estado e a construção do socialismo-comunismo.

Política

## O governo Lula contra os trabalhadores: conciliação de classes e aprofundamento da precarização

*Longe de representar os interesses históricos dos trabalhadores, a atual gestão se consolida como um governo da burguesia, comprometido com a manutenção dos lucros do grande capital e com a estabilidade de um regime que se sustenta sobre a exploração do trabalho*

O mês de maio é sempre iniciado com mobilizações e comemorações dos trabalhadores, com o Dia Internacional de Luta da Classe Trabalhadora, o 1º de Maio, sendo uma oportunidade para analisarmos nossa história, pretérita e presente, e tirar conclusões sobre os rumos da luta de classes no Brasil e no mundo.

O terceiro mandato de Lula confirma, de forma cada vez mais evidente, o caráter de classe de seu governo. Longe de representar os interesses históricos dos trabalhadores, a atual gestão se consolida como um governo da burguesia, comprometido com a manutenção dos lucros do grande capital e com a estabilidade de um regime que se sustenta sobre a exploração do trabalho. A retórica progressista, que ainda ecoa em setores da esquerda, serve apenas como cobertura ideológica para uma política que, na prática, preserva e aprofunda os ataques aos direitos trabalhistas.

A prova mais contundente dessa realidade é a completa capitulação do governo diante da reforma trabalhista de Michel Temer. A revogação, apresentada como compromisso de campanha, simplesmente desapareceu da agenda política. Ao contrário, o governo optou por normalizar a nova realidade de precarização, assumindo como dado aquilo que dizia combater, e inclusive escondendo que é com base nessa precarização que novos postos de trabalho estão sendo abertos no país. Trata-se de uma escolha consciente: não contrariar os interesses do empresariado, garantindo a continuidade de um modelo que amplia a superexploração da força de trabalho.

Os dados revelam a manutenção de todo o arcabouço estabelecido pela Reforma Trabalhista de 2017: dos 108 milhões de brasileiros com emprego, 38% são informais, ou seja, sem qualquer direito trabalhista. Se olharmos para os desempregados reais (ou seja, desempregados e “desalentados” – essa última categoria usada para mascarar o desemprego), temos 8,6 milhões de brasileiros que não encontram qualquer emprego. Mesmo entre 108 milhões de ocupados, temos 4,5 milhões de subocupados, trabalhadores que trabalham menos do que precisam para terem uma remuneração mínima para seu sustento. O dado que se esconde por trás das estatísticas é que temos uma população em idade e condições para o trabalho da ordem de 117 milhões, mas apenas metade goza de todos os direitos trabalhistas.

Em vez de revogar a Reforma de Temer, o governo aposta em medidas pontuais, cuidadosamente calibradas para não afetar os lucros do capital. As mudanças no vale-alimentação e no vale-refeição são exemplares nesse sentido. Ao extinguir a exclusividade das operadoras, o benefício se aproxima de uma forma de remuneração direta, circulando como dinheiro. No entanto, essa transformação não é acompanhada de seu reconhecimento como salário, para efeito do cálculo

de férias, FGTS, 13º salário e aposentadoria. Na prática, o governo legitima uma forma de pagamento que substitui o salário sem garantir os direitos a ele associados. O resultado é claro: redução indireta da massa salarial e ampliação dos mecanismos de exploração.

A mesma lógica se expressa na questão da escala 6x1. Inicialmente rejeitada pelo ministro do Trabalho de Lula, Luiz Marinho, a pauta só ganhou espaço após intensa pressão dos trabalhadores. A posição original do governo era a de simplesmente rebaixar a grande luta política que tem movimentado o conjunto da classe trabalhadora a uma luta econômica de cada setor e categoria, através de cada sindicato, contra cada patrão, enfraquecendo o poder de barganha e negociação, assim como fragmentando a necessária unidade de classe nessa luta. Ainda assim, até agora o governo não assumiu qualquer compromisso efetivo com sua implementação. Sua adesão é hesitante, limitada ao discurso e condicionada a cálculos eleitorais. Não há enfrentamento com os setores empresariais que lucram com jornadas extenuantes; há apenas a tentativa de se posicionar ao lado de uma demanda popular quando ela já se impõe no cenário político. O próprio discurso de Lula em 30 de abril de 2025 falava não em impor a derrota dessa escala criminosa goela abaixo do grande capital, que é a posição que qualquer trabalhador sabe que é a única possível, mas de dialogar com as diferentes classes da sociedade.

Esse comportamento revela o verdadeiro papel do governo: atuar como mediador dos conflitos de classe em favor da burguesia. Quando pressionado, concede ajustes mínimos para conter a insatisfação social, mas impede qualquer transformação estrutural. Não se trata apenas de limites ou contradições internas – trata-se de uma função política bem definida dentro do capitalismo brasileiro.

É nesse sentido que a política trabalhista do governo Lula deve ser compreendida: não como um aliado imperfeito dos trabalhadores, mas como um governo que opera ativamente contra seus interesses históricos. Sua política econômica, sua recusa em enfrentar a reforma trabalhista e suas medidas de flexibilização evidenciam um compromisso sólido com o grande capital. A experiência recente reforça uma lição histórica: governos de conciliação de classes tendem a desarmar politicamente os trabalhadores enquanto preservam os fundamentos de sua exploração.

Comemorando o 1º de maio, cabe, portanto, à classe trabalhadora romper com as ilusões alimentadas pelo governo e retomar o caminho da organização independente. Somente a luta direta, enraizada nos locais de trabalho e articulada de forma coletiva, pode impor derrotas ao capital. Fora disso, restará apenas a repetição de promessas e a continuidade dos ataques sob novas formas.

Internacional

## Trabalhadores marítimos ameaçam greve contra guerra no Estreito de Ormuz

*Frente sindical grega apresenta reivindicações à Organização Marítima Internacional para garantir a segurança dos trabalhadores embarcados e o fim das guerras*

Em meio à escalada da guerra no Mar Arábico, no Mar de Omã, na região do Golfo (especificamente no Estreito de Ormuz) e na região marítima de Israel, os trabalhadores marítimos do Mediterrâneo, especialmente os filiados aos sindicatos PEMEN e STEFENSON, da Frente Militante de Todos os Trabalhadores (PAME) na Grécia, apresentaram uma série de reivindicações à Organização Marítima Internacional (OMI-ONU) para garantir a segurança dos trabalhadores embarcados.

Enquanto os tensionamentos crescem no Mar Mediterrâneo, grandes empresas de navegação estão exigindo dos marinheiros que declarem não se recusar a navegar em áreas afetadas por conflitos armados, sob o risco de perderem seus empregos. Com o fechamento do Estreito de Ormuz pela Marinha da Guarda Revolucionária Islâmica, as seguradoras marítimas se recusaram a manter o contrato com as embarcações e todas as mortes de trabalhadores fruto de bombardeios e sequestros de navios podem não ser indenizadas.

Os mais de 20.000 marinheiros (de mais de 3.000 embarcações retidas) expostos ao perigo somente no Estreito de Ormuz são resultado da intensificação da guerra interimperialista na região, evidenciada nas últimas semanas pelo ataque dos EUA e de Israel contra o Irã, que transformou o transporte marítimo internacional em um teatro de conflito militar, tornando os trabalhadores marítimos vítimas dos interesses da burguesia monopolista dos países em disputa.

Agitando a possibilidade de paralisações e greves, os trabalhadores marítimos e portuários apresentaram algumas exigências à OMI e aos Estados-membros, incluindo o fim da guerra, reconhecimento de “zonas de guerra” para ativação de direitos marítimos, a suspensão do trânsito de navios pela região enquanto perdurar o conflito, o direito de se recusar a embarcar e transitar pelas áreas afetadas, repatriação de tripulações retidas, cobertura financeira integral para todos os marítimos que estão ou estiveram em zonas de perigo, entre outras demandas. Fazem também um chamado a todos os sindicatos marítimos e portuários do mundo para ações coordenadas de internacionalismo proletário.

A luta dos trabalhadores, sobretudo os filiados à PAME, não é recente. Em fevereiro de 2026, trabalhadores portuários de todo o Mar Mediterrâneo realizaram uma grande greve, paralisando as atividades em mais de 20 portos para protestar contra o genocídio do povo palestino em Gaza e contra a privatização e a militarização da infraestrutura portuária. As manifestações iniciaram em 2025, em portos da Grécia, da Turquia e do País Basco, reunindo centenas de trabalhadores para, através de paralisações, greves e piquetes, interromper o fornecimento de carregamento para Israel.

Na Grécia especificamente, a União dos Trabalhadores de Movimentação de Contêineres nas Docas do Porto do Pireu vem realizando um trabalho ativo e consequente em seus locais de atuação, colocando a solidariedade proletária como ordem do dia e impedindo que carregamentos sionistas atracassem em seus portos e docas.

Luta Ideológica

# Vivendo a antessala da guerra: Como explicar as disputas interimperialistas hoje?

*Para o marxismo-leninismo, os conflitos contemporâneos não são qualquer mistério, mas desenvolvimentos das próprias contradições internas do próprio capitalismo*

Por Gabriel Lazzari

A situação internacional apresenta diversos desafios para a análise e múltiplas respostas são dadas pelos mais diversos tipos de analistas. Explicamos por meio dos conflitos geopolíticos? Das relações internacionais? Dos choques civilizacionais ou de culturas? Como podemos dar conta de explicar correta e cientificamente as disputas que vemos hoje? Ou mesmo qualificá-las?

Ora, para o marxismo-leninismo, os conflitos contemporâneos não são qualquer mistério, mas desenvolvimentos das próprias contradições internas do próprio capitalismo. Não é necessário, para isso, a “criação” de novas teorias, mas buscar, nas próprias situações que analisamos, os movimentos que nos levam a esse cenário contemporâneo.

Está mais do que claro que as visões que o grande capital imperialista – e seus ideólogos, sua imprensa etc. – apresentam não poderiam ser mais falsas. O presidente dos EUA, Donald Trump, é hoje um dos principais impulsionadores desta visão de mundo: o mundo se dividiria em “democracias” e “ditaduras” e seria papel particularmente dos EUA “levar a democracia” para os países ditatoriais. Essa visão não é apenas caricata, mas expressa conteúdos de classe bastante particulares, ou seja, interesses objetivos dos capitais monopolistas estadunidenses. Por um lado, Lênin, em seu *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky* (1918), já nos esclarece que “A não ser para zombar do senso comum e da história, é claro que não se pode falar de ‘democracia pura’ enquanto existirem classes diferentes, pode-se falar apenas de democracia de classe”. O mesmo, é claro, pode-se dizer das “ditaduras”: todo Estado, para Engels, é não mais do que a ditadura de uma classe sobre a outra. Quando o imperialismo estadunidense coloca dois elementos que não são opostos, mas interligados, em oposição não está senão apresentando uma visão falsa da realidade. Toda democracia de uma classe, se há Estado, é também uma ditadura dessa mesma classe (sobre as outras). A falsificação da realidade está em separar esses dois aspectos, escondendo as relações sociais que estão por trás disso.

Essas posições são “fáceis” de ser confrontadas a partir de um mínimo senso comum “de esquer-

da”. Não é difícil demonstrar que há uma ação negativa dos EUA e que essa ação negativa se expressa não apenas economicamente, mas militarmente. É claro que, para um marxista-leninista, essa constatação óbvia não é suficiente. Ela capta no momento mais “agudo” das contradições interimperialistas – o conflito bélico – seu elemento mais notável, mais visível. Mas ainda assim, essa visão do “senso comum antiamericano” não explica os fundamentos nem mesmo da posição de um Donald Trump. O imperialismo estadunidense não ataca o Irã ou promove uma ingerência direta na Venezuela porque “gosta de guerra”. As causas estão na própria conformação do capitalismo contemporâneo, isso é, do capitalismo imperialista.

Quando Lênin escreveu, em 1916, *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, ele buscava se inserir no e qualificar o debate de sua época sobre o que significavam as mudanças no capitalismo em nível global. Seguindo rigorosamente os fundamentos de Marx e Engels, pôde analisar a principal mudança que se realizou entre o chamado “capitalismo concorrencial” do século XIX (que entrara em crise em 1873): o surgimento dos grandes monopólios. A queda tendencial da taxa de lucro e a falência de inúmeras empresas com a crise levou a uma concentração de capitais nunca antes vista na história da humanidade. Isso se deu porque, conforme as empresas quebravam, a sua massa falida – e também seus trabalhadores – eram incorporados às que não haviam quebrado. Isso levou a uma concentração e centralização de capitais e ao surgimento de grandes monopólios internacionais.

A isso se soma a tendência, já descrita por Marx em *O Capital*, para uma fusão cada vez maior de distintos setores da produção e circulação de mercadorias. Essa monopolização acontece também por causa da fusão cada vez maior entre o capital industrial e o capital bancário, seja por meio dos vínculos por meio do crédito (uma empresa toma emprestado regularmente dinheiro a um banco e os fluxos de valor produzidos vão daquela a este), seja por meio da própria divisão do capital concentrado em ações. Esses dois “lados” do processo operam simultaneamente: o surgimento de um capital financei-

ro (entendido como fusão entre o capital bancário e o industrial) e a monopolização da produção. O excedente de capital deve “escoar” e valorizar-se novamente, se não quiserem os capitalistas que seus investimentos percam função e, portanto, tornem-se entesouramento, e não propriamente capital. É aí, então, que se generaliza a exportação de capital, das grandes potências para os países dependentes. Lênin observa, assim, que “o que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital.”

O imperialismo é, então, não um “fenômeno” particular de algumas economias, Estados ou governantes, mas uma nova fase do capitalismo – a fase em que nos encontramos nos dias de hoje. Ele é, em resumo, o capitalismo monopolista. Os monopólios são a base produtiva sobre a qual se assentam as relações de produção e circulação contemporâneas do capitalismo.

O que Lênin observa – e combate as visões pequeno-burguesas a seu tempo – é que, ao mesmo tempo em que os monopólios se constituem, se intensifica a concorrência entre eles; em detrimento da “paz ultraimperialista” que Karl Kautsky apresentava como uma conclusão de sua análise. Monopolização e concorrência são contradições do próprio sistema capitalista-imperialista e, quando essas contradições se intensificam, podem levar a mudanças

de qualidade – e aí é que se situam os conflitos armados, bélicos, as guerras. O caráter reacionário “transborda” do próprio capital monopolista e das contradições interimperialistas para conflitos armados.

Compreender quais são, então, os capitais monopolistas em disputa é o que explica os conflitos bélicos, as invasões, os bombardeios, porque não são as guerras que condicionam as disputas, mas o inverso. A guerra é, para o marxismo-leninismo, a política por outros meios. E a política e a economia não são campos “separados” de análise, mas representam um todo, o próprio modo de produção capitalista.

As tarefas do proletariado revolucionário, nessa quadra histórica, não diferem em substância das tarefas colocadas para Lênin e os bolcheviques: se entendermos o imperialismo (ou seja, o capitalismo monopolista), teremos clareza para colocar a classe trabalhadora em um papel de completa independência dos interesses objetivos de qualquer potência em disputa. Não será por meio de um “pacifismo abstrato” que poderemos enfrentar a ameaça de uma guerra mundial generalizada, que parece cada vez mais próxima no horizonte, mas lutando resolutamente contra o capitalismo e tomando o poder de Estado, retirando da cadeia imperialista e, consequentemente, das disputas interimperialistas, os países, como os proletários russos, liderados pelos bolcheviques, puderam fazer na Revolução Socialista de Outubro de 1917.



Ilustração: Laura Poli

Segurança Pública

# Contrariando a legislação, maioria das Delegacias da Mulher seguem sem funcionar 24h

*Em meio ao aumento da violência de gênero, mais de 80% das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) não funcionam de forma ininterrupta, apesar de exigência legal aprovada em 2023*

Dois anos após a sanção da Lei 14.541/2023, que tornou obrigatório o funcionamento 24 horas das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), a norma ainda está longe de ser cumprida no Brasil. Levantamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), realizado em março deste ano, revela que 80,4% dessas unidades seguem sem operar de forma ininterrupta.

A desigualdade regional agrava o quadro. No Centro-Oeste, 85% das delegacias não funcionam 24 horas. No Sudeste, o índice é de 83,3%; no Sul, 81,5%; no Nordeste, 78,6%; e no Norte, 63,2%. Apesar das variações, todas as regiões descumprem a legislação federal.

Os entraves, no entanto, vão além do horário de funcionamento. Segundo o diagnóstico do governo, apenas 36,74% das delegacias conseguem viabilizar a concessão de medidas protetivas em até 24 horas — um dado preocupante diante da urgência desses casos. O levantamento abrange 509 unidades de atendimento à mulher e evidencia como a demora pode comprometer a segurança das vítimas.

Esse cenário está diretamente ligado à escassez de recursos financeiros e humanos. A falta de concursos públicos e de contratações limita a capacidade de funcionamento das unidades, que exigem não apenas efetivo policial, mas também equipes multidisciplinares, com profissionais como psicólogos e assistentes sociais. Somam-se a isso desafios estruturais, orçamentários e operacionais, que dificultam a expansão das delegacias para a maioria dos municípios. Nesse contexto, políticas de austeridade fiscal — como o novo teto de gastos — tendem a agravar ainda mais a situação.

## Violência em crescimento e resposta estatal aquém

A fragilidade institucional ocorre em paralelo ao agravamento da violência de gênero. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública indicam que o país registrou 1.492 feminicídios em 2024. Em 2025, segundo números consolidados no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), foram 1.548 casos — um novo recorde.

Para além dos feminicídios, a violência cotidiana também avança. Levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que cerca de 21,4 milhões de brasileiras relatam ter sofrido algum tipo de agressão ao longo do ano de 2024, muitas vezes dentro de casa e por pessoas próximas.



Grupo de mulheres cercou a Delegacia de Defesa da Mulher de Sorocaba, em 9 de dezembro de 2018, exigindo o funcionamento 24 horas. Foto: Imprensa SMetal/Reprodução

No estado de Pernambuco, por exemplo, conforme mostrou reportagem do *Jornal O Futuro*, foram registrados 42.831 casos de violência doméstica e familiar contra mulheres e meninas em 2025 — um aumento de 16% em relação a 2024. Os dados, compilados pela Secretaria de Defesa Social, indicam ainda uma média de aproximadamente cinco ocorrências por hora.

O perfil das vítimas revela um padrão persistente: mulheres negras são maioria (63,6%), assim como mulheres jovens, entre 18 e 44 anos. A casa, que deveria ser um espaço de proteção, segue como o principal cenário da violência. Em quase 80% dos casos, os crimes são cometidos por parceiros ou ex-parceiros, evidenciando o caráter estrutural e doméstico da violência.

## Soluções improvisadas e acolhimento precário

Especialistas apontam que o funcionamento das delegacias não acompanha a dinâmica real da violência. Conforme aponta reportagem da Gênero e Número (GN), a maioria dos casos acontece à noite e nos fins de semana — períodos marcados por maior convivência doméstica e, frequentemente, pelo consumo de álcool. É também nesses momentos que o acesso a serviços públicos se torna mais limitado. A ausência de atendimento nesses períodos esvazia a efetividade da lei. Sem acesso imediato a uma delegacia especializada, muitas mulheres desistem de denunciar ou permanecem expostas a novas agressões.

Fora dos grandes centros urbanos, o cenário é ainda mais crítico. Apenas cerca de 10% dos municípios brasileiros contam com uma DEAM. Em cidades do interior, não é raro que a unidade mais próxima esteja a dezenas — ou até centenas — de quilômetros de distância, o que dificulta ou inviabiliza o acesso

ao atendimento.

Durante a pandemia, alguns estados ampliaram canais digitais de denúncia, como os boletins de ocorrência online. Embora tenham facilitado o acesso inicial, essas ferramentas são consideradas insuficientes.

Também como aponta a já citada reportagem da GN, o atendimento remoto pode atuar de forma complementar, mas não substitui o acolhimento presencial. A vítima necessita de escuta qualificada, proteção imediata e, em muitos casos, suporte psicológico, demandas que não se resolvem apenas por uma tela.

## A hipocrisia do discurso em prol da segurança pública

Para além da falta de orçamento e de estrutura, há indícios consistentes de baixa execução dos recursos já disponíveis. Em 2024, o Ministério da Justiça determinou que ao menos 10% do Fundo Nacional de Segurança Pública fossem destinados ao enfrentamento da violência contra a mulher. Ainda assim, dos R\$ 60,5 milhões repassados aos estados, apenas cerca de R\$ 59 mil foram efetivamente utilizados.

O dado reforça que o entrave não é apenas financeiro, mas sobretudo político: a violência contra a mulher segue fora do centro das prioridades, mesmo quando há previsão orçamentária para a área. O não funcionamento das delegacias em regime 24 horas expõe, portanto, mais do que uma falha administrativa. Revela um modelo de segurança pública que privilegia respostas reativas e punitivas, em detrimento de políticas estruturais de prevenção e proteção.

Embora governos estaduais, em sua maioria ligados à extrema direita, adotem com frequência uma retórica de endurecimento penal e de defesa da segurança e da família,

o investimento em estruturas básicas de acolhimento e atendimento às vítimas permanece insuficiente. Na prática, isso evidencia um descompasso entre o discurso público e as necessidades concretas das mulheres — e demonstra que a pauta é mobilizada de forma mais demagógica do que efetiva.

Em São Paulo, por exemplo, a execução orçamentária da Secretaria da Mulher ficou abaixo de 40% em 2025. Já em 2023, apenas 3% do orçamento previsto para a implementação de delegacias da mulher em funcionamento 24 horas foi efetivamente aplicado, evidenciando as dificuldades em transformar previsão orçamentária em políticas públicas concretas.

## Não há uma solução única

A abertura ininterrupta das Delegacias da Mulher, isoladamente, não resolve o problema da violência de gênero. Ainda assim, pode integrar, de forma imediata, um conjunto mais amplo e indispensável de políticas públicas voltadas ao acolhimento, à proteção e à garantia de direitos das vítimas — que inclui desde redes de atendimento psicossocial até mecanismos eficazes de prevenção e responsabilização.

Apostar apenas no endurecimento de leis ou na criação de novos tipos penais, como frequentemente propõe o populismo penal, não enfrenta as raízes do problema nem assegura proteção concreta às vítimas. Mais do que respostas simbólicas, é preciso assumir o enfrentamento da violência de gênero como prioridade efetiva, o que exige não apenas decisões orçamentárias consistentes, mas a ampliação real e contínua dos recursos destinados à rede de proteção — garantindo, na prática, estrutura, capilaridade e permanência às políticas voltadas à defesa da vida das mulheres.

Amazônia

# Liderada por mulheres indígenas, ocupação em Altamira (PA) denuncia projeto de mineradora Belo Sun

Marcada pela resistência indígena e a tentativa de invisibilização pela mídia, mobilização denunciou falhas no licenciamento, pressionou autoridades e levou luta para Brasília

Por Carolina Mello

A ocupação da sede regional da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), em Altamira (PA), protagonizada por povos indígenas do Médio Rio Xingu, consolidou-se ao longo do mês de março como um dos principais focos de resistência contra o avanço do projeto de mineração da empresa canadense Belo Sun na região da Volta Grande do Xingu.

Liderado em grande parte pelo Movimento das Mulheres Indígenas do Médio Xingu (MMIMX), o ato reuniu cerca de 500 indígenas de diferentes etnias e expôs denúncias de irregularidades no licenciamento ambiental e violações de direitos fundamentais.

A mobilização teve início com um grupo menor, mas rapidamente cresceu com a adesão de povos como Arara, Xikrin, Parakanã e muitos outros, além da chegada de lideranças femininas que passaram a coordenar ações estratégicas.

Mesmo diante de dificuldades logísticas — como falta de estrutura para abrigo, alimentação e atendimento de saúde —, os manifestantes mantiveram a ocupação ativa por mais de 30 dias. Igor Teixeira, que acompanhou a mobilização de perto e foi responsável pelo boletim publicado no *Em Defesa do Comunismo*, destaca que a ocupação foi marcada tanto pela força coletiva quanto por desafios internos. Segundo ele, há conflitos históricos entre os próprios povos, mas a mobilização contribuiu para unificar a luta em torno de um adversário comum. “Os indígenas são politizados e, como em qualquer espaço, há diferentes correntes e visões em disputa. Os próprios parentes têm desavenças não resolvidas, mas ao mesmo tempo estão percebendo que o grande desafio é contra grandes empresas que estão aí para comprar tudo”, afirmou.

Além dos conflitos internos, Teixeira lembra que também presenciou os externos, com pessoas contrárias ao movimento. “Não houve agressões diretas no período em que estive lá, mas houve ameaças. É uma região marcada pela violência”, relatou.

Ele enfatiza que as mulheres indígenas foram responsáveis por iniciar e sustentar a ocupação, além



Movimento das Mulheres Indígenas do Médio Xingu fecha acesso ao aeroporto de Altamira Foto: @sos.tapajos

de desempenharem funções essenciais no cotidiano do acampamento. “As mulheres são a parte crucial. Foram elas que puxaram a ocupação e organizaram o movimento. Depois, outros grupos e homens se somam, mas elas são centrais”, explicou.

## Ocupação denuncia irregularidades no empreendimento

Durante o período da ocupação, o movimento indígena denunciou falhas graves no processo de licenciamento do empreendimento, incluindo a ausência de consulta prévia, livre e informada às comunidades afetadas, como determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Também foram apontadas incon-

sistências nos estudos ambientais e tentativas de fragmentação das comunidades por meio de acordos pontuais com grupos isolados.

A tensão aumentou com decisões judiciais que restabeleceram licenças anteriormente suspensas, contrariando avaliações técnicas de órgãos como a própria Funai e a Secretaria de Meio Ambiente do Pará (SEMAS). O movimento também criticou a condução do processo em âmbito estadual, após o afastamento de instâncias federais, o que, segundo as lideranças, fragiliza o rigor da análise ambiental.

Além da resistência institucional, os indígenas promoveram ações diretas para ampliar a visibilidade da pauta, como o bloqueio da rodovia de acesso ao aeroporto de Altamira e a convocação de atos

públicos. A mobilização também enfrentou disputas narrativas, com denúncias de campanhas favoráveis à mineradora e tentativas de deslegitimar o movimento.

Relatórios técnicos acessados durante a ocupação reforçam as preocupações dos manifestantes. Entre os riscos apontados estão o rompimento de barragens de rejeitos, contaminação de cursos d’água por substâncias tóxicas e impactos cumulativos com os danos já provocados pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O projeto prevê a instalação da maior mina de ouro a céu aberto do país, com uso intensivo de recursos hídricos e potencial impacto direto sobre comunidades indígenas e ribeirinhas.

Outro ponto de conflito envolve a sobreposição do projeto a áreas de assentamento rural, o que pode resultar na remoção de centenas de famílias. Dados divulgados pelo movimento indicam ainda que os benefícios econômicos prometidos pela empresa são limitados e temporários, contrastando com os danos socioambientais permanentes previstos.

Apesar de reuniões com representantes do poder público e da realização de audiências, o movimento denunciou a ausência recorrente de autoridades e a falta de respostas concretas às reivindicações. Ainda assim, houve avanços pontuais, como manifestações formais contrárias ao projeto por parte do Ministério dos Povos Indígenas e da Funai.

## Movimento vai para Brasília

Ao final de março, a mobilização entrou em uma nova fase. Com o deslocamento das lideranças para Brasília, onde participaram do Acampamento Terra Livre (ATL), a estratégia passou a priorizar a articulação nacional e a pressão política em instâncias federais.

A ocupação física em Altamira foi encerrada, mas o movimento reforça que a luta contra o empreendimento segue ativa. “A ideia é continuar a mobilização contra a Belo Sun e também contra outras empresas. Há intenção de retornar e seguir com as ações de pressão”, ressalta Teixeira.



## QUER SE ORGANIZAR COM O PCBR E A UJC?

O PCBR e a UJC têm reafirmado a necessidade da reconstrução revolucionária do movimento comunista no Brasil. Com a finalização do nosso congresso, pretendemos avançar na organização e nas lutas da classe trabalhadora em todo o território nacional.

Frente a um capitalismo que, a cada dia, explora mais, oprime, devasta o meio ambiente e avança na política neoliberal e na retirada de direitos, nossa saída e resposta devem ser apenas uma: a organização da nossa luta e a revolução socialista!

Se você tem interesse em construir essa luta, junte-se às nossas fileiras!

Preencha o formulário através do QR Code:



## Economia

## Política tarifária do governo Lula defende grandes empresários

*O Executivo fala em reindustrialização, mas pouco altera a dependência tecnológica do país e evita enfrentar o peso das grandes empresas estrangeiras nos setores estratégicos*

Em 4 de fevereiro, o governo federal anunciou o aumento do imposto de importação sobre mais de 1.200 produtos e apresentou a medida como parte de uma estratégia de reindustrialização da economia brasileira. Entretanto, menos de um mês depois, em 27 de fevereiro, recuou parcialmente e voltou atrás no aumento para itens como smartphones e notebooks. O episódio chamou atenção não apenas pela mudança de posição em curto intervalo de tempo, mas também por colocar em debate o conteúdo concreto da política industrial defendida pelo Executivo.

Nesse sentido, desde o início do seu mandato, o governo Lula fala em desenvolvimento, reindustrialização e soberania. O discurso oficial tem como eixos fortalecer a produção nacional, defender empregos, estimular investimentos, recuperar a capacidade produtiva brasileira e reduzir a dependência externa em setores considerados importantes, termos que evocam a ideia de um país que retoma o controle de seu destino econômico.

No caso dos smartphones e notebooks, a proteção não incide sobre um setor nascente ou sobre uma cadeia produtiva nacional integralmente desenvolvida. Ela recai, em grande medida, sobre operações locais de empresas integradas a cadeias globais de valor, com forte dependência de componentes, tecnologia e centros de decisão situados no exterior. Isso não significa que a produção local seja irrelevante, nem que ela não gere empregos ou investimentos. Todavia, a política tarifária, apresentada como instrumento de reindustrialização, pode funcionar como mecanismo de proteção de mercado para grandes empresas já instaladas no país. O que se protege, na prática, é o mercado de grandes conglomerados já instalados no Brasil, como a Samsung e a Lenovo.

Há diversos outros exemplos ao longo de todo o governo Lula, não se trata apenas de um desvio ocasional, mas de um projeto de governo. Um dos mais reveladores é o dos automóveis elétricos e híbridos importados. Em novembro de 2023, o governo federal decidiu retomar de forma gradual o imposto de importação desses veículos, que havia sido zerado anos antes, mas esperase que essa tarifa encerre 2026 em 35%, segundo o próprio cronograma estabelecido pelo Executivo. Aparecem como princi-

pais beneficiárias dessa proteção as grandes montadoras já instaladas no Brasil, como Volkswagen, General Motors, Stellantis e Toyota.

Quando se observa o conteúdo concreto do aumento do imposto de importação, o que vemos não é um plano para reconstruir a economia brasileira em novas bases. O que se demonstra é o uso do Estado para proteger a rentabilidade de grandes conglomerados industriais que já operam no país, acumulando lucros, recebendo benefícios e que mantêm relações profundas com o capital internacional.

Em setores como eletrônicos e automóveis, alterações tarifárias podem repercutir diretamente sobre preços ao consumidor, afetando o acesso da população a bens cada vez mais centrais para estudo, trabalho e mobilidade. Isso torna ainda mais importante avaliar se os custos sociais e econômicos dessas medidas são acompanhados por ganhos estruturais reais para o país ou se acabam convertidos, sobretudo, em proteção de rentabilidade para grandes grupos econômicos.

Portanto, o Executivo fala em reindustrialização, mas pouco altera a dependência tecnológica do país e evita enfrentar o peso das grandes empresas estrangeiras nos setores estratégicos. O caso mais recente sobre as terras raras é bastante ilustrativo, visto que o Brasil segue distante do controle das etapas mais valiosas da cadeia, como processamento, tecnologia e aplicação industrial. Sem isso, o risco é repetir um padrão conhecido: fornecer apenas exportações primárias (como petróleo cru e soja) ao mercado internacional sem transformar essa posição em poder econômico, tecnológico ou político.

Sendo assim, nem toda política apresentada como reindustrialização representa, de fato, uma reconstrução da base produtiva nacional. Todavia, a alternativa não está entre o protecionismo seletivo em favor de grandes conglomerados e a abertura irrestrita defendida por setores importadores. A questão central é outra. Sem coordenação pública, capacidade tecnológica própria e enfrentamento dos limites estruturais da economia dependente, a chamada reindustrialização tende a se reduzir a uma política de administração do mercado interno com novo vocabulário, mas com velhos beneficiários.

## Política

## Microsoft corta 98% do armazenamento da Fiocruz e ameaça pesquisas científicas estratégicas

*A medida afeta a infraestrutura digital utilizada por pesquisadores da instituição, responsável por parte significativa da produção científica nacional nas áreas de saúde pública, epidemiologia, biotecnologia e vigilância sanitária*

Por João Oliveira

A decisão da Microsoft de reduzir em 98% o armazenamento de dados disponibilizado à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) provocou forte preocupação na comunidade científica brasileira e reacendeu o debate sobre a dependência tecnológica do Brasil em relação às grandes corporações estrangeiras.

A medida afeta diretamente a infraestrutura digital utilizada por pesquisadoras e pesquisadores da instituição, responsável por parte significativa da produção científica nacional nas áreas de saúde pública, epidemiologia, biotecnologia e vigilância sanitária.

A Fiocruz desempenhou um papel central durante a pandemia de Covid-19, tanto na produção de vacinas quanto no monitoramento epidemiológico, tornando seus bancos de dados estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

### Impacto imediato na pesquisa científica

A redução abrupta da capacidade de armazenamento compromete o acesso a grandes bases de dados científicos, incluindo sequenciamentos genômicos, registros epidemiológicos e projetos colaborativos internacionais.

A limitação pode causar a interrupção de pesquisas em andamento, o risco de perdas de dados científicos acumulados ao longo de anos, atrasos em análises epidemiológicas fundamentais e o aumento dos custos operacionais para migração emergencial de sistemas.

A dependência de serviços de computação em nuvens privadas tornou-se crescente nos últimos anos, especialmente após a expansão do uso de plataformas digitais para processamento de grandes volumes de informação científica.

### Dependência tecnológica e soberania digital

O episódio expõe uma fragilidade estrutural do país: a ausência de uma infraestrutura pública própria de armazenamento e processamento de dados em larga escala.

Instituições estratégicas brasileiras, como é o caso da Fiocruz, passaram a operar em plataformas controladas por multi-

nacionais de tecnologia, sujeitas a mudanças contratuais, políticas comerciais e decisões corporativas tomadas fora do país.

O corte de 98% do armazenamento evidencia como serviços essenciais à saúde pública podem ficar subordinados à lógica empresarial de conglomerados tecnológicos globais, cuja prioridade é a rentabilidade e não o interesse público.

### Ciência pública sob lógica privada

A Fiocruz é vinculada ao Ministério da Saúde e constitui um dos principais pilares do SUS. A redução do armazenamento digital levanta questionamentos sobre a terceirização crescente de estruturas críticas do Estado brasileiro.

Dados científicos, sanitários, populacionais e tecnológicos devem ser tratados como patrimônio público estratégico, exigindo investimentos estatais em centros nacionais de dados, supercomputação e nuvem soberana.

### A necessidade de infraestrutura tecnológica pública

O episódio reforça o debate sobre a criação de uma infraestrutura nacional de tecnologia da informação sob controle público, capaz de garantir autonomia científica e segurança dos dados nacionais.

Entre as medidas que devem ser tomadas de forma prioritária estão a criação de uma nuvem pública nacional para pesquisa científica, o fortalecimento de universidades e centros de processamento de dados públicos, o investimento estatal em software livre e tecnologias abertas e a redução da dependência de contratos com big techs estrangeiras.

O corte promovido pela Microsoft não é apenas um problema técnico ou contratual, mas um sinal das contradições entre a produção científica pública e a privatização crescente das bases tecnológicas que sustentam o conhecimento contemporâneo.

A crise expõe um dilema central: sem soberania digital, até mesmo a ciência pública brasileira permanece vulnerável a decisões corporativas externas, com impactos diretos sobre a saúde, a pesquisa e o futuro tecnológico do país.

# Isenção do IR até R\$5 mil, implementada ao final do mandato, só terá efeito pleno em 2027

Medida que beneficiaria trabalhadores com renda de até R\$ 5.000 foi aprovada tardiamente e terá impacto gradual, enquanto governo priorizou ajuste fiscal e arcabouço

As novas regras do imposto de renda foram sancionadas em novembro de 2025 com tom de dever cumprido. Contudo, a ampliação da faixa de isenção do tributo para quem ganha até R\$5.000 por mês — uma das principais promessas da campanha de 2022 do presidente Lula (PT) — ainda não vai produzir todos os seus efeitos quando o atual mandato chegar ao fim. Na prática, o trabalhador só sentirá o alívio completo no bolso a partir da declaração de 2027, já sob o próximo governo, seja ele qual for.

A propaganda oficial do governo vende a ideia de que o benefício já estaria valendo para a declaração deste ano (2026). Trata-se, no mínimo, de uma meia-verdade. Embora os descontos na folha de pagamento já possam ser aplicados para alguns trabalhadores formais, as regras completas — incluindo os ajustes finos de restituição e a compensação de despesas dedutíveis — só serão incorporadas na declaração anual de 2027.

Na prática, para a declaração do Imposto de Renda de 2026 (ano-base 2025), quem obteve uma renda mensal acima de R\$2.428,80 continua sujeito à antiga sistemática. Ou seja: a promessa feita nas urnas há mais de três anos só terá seus efeitos totalmente cumpridos no ano que vem.

Valem neste ano de 2026 para a declaração do Imposto de Renda, assim, as seguintes regras:

- **Mudança principal em relação a 2025:** a faixa de isenção subiu de R\$2.259,20 para **R\$2.428,80**.
- **Desconto automático:** para alcançar quem ganhava até R\$3.036,00, foi criado um desconto automático de **R\$607,20** na base de cálculo.
- **Tabela progressiva:** o IR é calculado com alíquotas que vão de 7,5% a 27,5%, aplicadas sobre a parcela da renda que excede cada faixa.
- **Deduções:** cada faixa (exceto a isenta) possui um valor fixo a deduzir do imposto calculado.
- **Passo a passo do cálculo (exemplo com renda de R\$ 4.000):**
  - Subtrair o desconto automático: R\$4.000 – R\$607,20 = R\$3.392,80.
  - Aplicar a alíquota da faixa correspondente (15%): R\$3.392,80 × 0,15 = R\$508,92.
  - Subtrair a dedução da faixa (R\$394,16): R\$508,92 – R\$394,16 = **R\$114,76** (imposto devido no mês).

**Importante:** a ampliação da isenção para até R\$5.000 só valerá a partir da declaração de 2027.



Cerimônia de sanção do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que amplia a faixa de isenção e institui a tributação mínima do Imposto de Renda. Palácio do Planalto – Brasília (DF). Foto: Ricardo Stuckert / PR

## Prioridade fiscal adiou reforma

O atraso não foi por acaso. Reportagens mostram que, ao longo de 2024, o governo chegou a adiar o envio da reforma do IR para não comprometer as metas do arcabouço fiscal. No mês de outubro daquele ano, o discurso que vinha sendo adotado era de ampliar a tributação para as classes mais ricas, porém o tom foi mudando e declarações dos então Ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, passaram a sinalizar a prioridade com o corte de gastos e o arcabouço fiscal. Já em dezembro de 2024, a justificativa oficial foi a necessidade de recalculá-la o impacto na tributação das empresas (IRPJ), pois era prioritário que não houvesse perda de arrecadação.

Além disso, com a justificativa de facilitar a tramitação do projeto de lei, o governo articulou com o Presidente da Câmara Hugo Motta (Republicanos-PB) para que o deputado Arthur Lira (PP-AL) fosse o relator na tramitação. O próprio Lira foi responsável por propor um aumento na faixa de isenção no projeto apresentado pelo governo de R\$7.000,00 para R\$7.350,00, dando a um notório inimigo a oportunidade de surfar na popularidade que essa medida tem junto à população.

O resultado é que a isenção teve que ser anunciada em definitivo somente para o último ano, o da eleição, e mesmo assim não veio por inteiro. A lei entrou em vigor em 1º de janeiro de 2026, mas a declaração que é entregue em 2026 refere-se a 2025. Os efeitos totais — incluindo o desconto mensal e o acerto anual — só aparecerão em 2027. Enquanto isso, o contribuín-

te que obteve renda superior a R\$ 35.584,00 no ano passado continua obrigado a declarar neste ano.

## Tributação pesada, serviços frágeis

A demora em corrigir totalmente a tabela do IR — que ficou congelada desde 2015 — expõe uma contradição mais profunda. O Brasil tem uma carga tributária de cerca de 32% do PIB, maior que a de EUA (27%), China (11%) e Argentina (6%), mas sem o mesmo retorno em investimento público. Como aponta análise do site Outras Palavras, grande parte da arrecadação serve para pagar juros da dívida pública — entre as maiores do mundo — enquanto serviços como saúde e educação permanecem precarizados.

O próprio arcabouço fiscal, uma das principais bandeiras da equipe econômica, já prevê cortes expressivos a partir de 2027 por incompatibilidades com as despesas obrigatórias. Ou seja: no exato momento em que a isenção do IR começa a fazer diferença real na vida do trabalhador, o Estado poderá ser forçado a reduzir investimentos em áreas essenciais.

Essa situação está anunciada há tempos, com membros do governo tendo declarado que irá faltar verba para cumprir os pisos constitucionais da saúde e da educação. O que acontece é que diante das regras fiscais vigentes, despesas com o cumprimento de sentenças judiciais precisam ser contabilizadas dentro do novo teto de gastos, de modo que sobriam para os gastos discricionários apenas R\$ 122,2 bilhões, dos quais R\$ 56,6 bilhões são para emendas e sobram R\$ 65,7 bilhões, sendo que a despesa estima-

da para cumprir os tetos constitucionais seria de R\$ 76,6 bilhões. Não se trata de falta de dinheiro, mas de falta de espaço no orçamento de acordo com as regras fiscais auto impostas pelo Ministério da Fazenda com o Novo Arcabouço Fiscal.

As despesas com sentenças estavam de fora após acordo com o STF, mas a partir de 2027 voltarão a estar incluídas nos limites fiscais. Essa estratégia foi adotada para regularizar contas deixadas durante o governo de Jair Bolsonaro. Na prática, o atual mandatário está limpando a sujeira deixada pelo anterior e arrumando as contas para a exploração das frações do capital que sugam o orçamento do país.

## A conta que não fecha

A estratégia do governo Lula de deixar para o último ano do mandato a implementação de uma promessa central de campanha levanta suspeitas de oportunismo eleitoral. Ao mesmo tempo, a prioridade dada ao ajuste fiscal e às metas de resultado primário em detrimento da justiça tributária revela uma opção clara: a de que o equilíbrio das contas públicas — que frequentemente beneficia o rentismo financeiro — veio antes do alívio no bolso do trabalhador.

O cidadão que esperou desde 2022 por uma correção justa da tabela do IR verá o benefício pleno apenas em 2027, quando outro governante — talvez o próprio Lula, talvez um adversário — colherá os louros da medida. Fica a sensação de que, mais uma vez, a promessa foi usada como moeda eleitoral, enquanto a caneta para sancionar a lei demorou três anos para ser acionada. A pergunta que fica é: por que não antes?

## Economia

## Alta dos combustíveis expõe limites da política econômica brasileira

*Redução do ICMS é paliativa e mantém lógica neoliberal dos combustíveis, enquanto crise internacional expõe dependência e fragiliza a soberania energética brasileira*

No dia 28 de fevereiro de 2026, em decorrência das ações imperialistas dos Estados Unidos e de Israel, ocorreu um bombardeio no Irã. Como resposta legítima a essa agressão, o país buscou atingir, de forma estratégica, um dos principais eixos de sustentação do poder estadunidense e do projeto de expansão sionista: o Irã fechou o Estreito de Ormuz, uma das principais rotas de comércio marítimo do mundo. A Guarda Revolucionária Iraniana alertou diversas embarcações de que, em razão das condições de insegurança no entorno do estreito — decorrentes da agressão militar dos Estados Unidos e de Israel e das respostas do Irã —, a passagem pela região encontra-se atualmente insegura.

Devido a importância do estreito para o comércio do petróleo mundial, bem como a própria dinâmica interligada do imperialismo, o Brasil, mesmo que em menor escala quando comparado a outros países, foi atingido.

Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), durante a semana inicial do conflito, o preço dos combustíveis subiu de forma aparentemente baixa. Entretanto, nos dias de 8 a 14 de março tivemos um aumento significativo, além de que o diesel acumula disparada de 20% desde o dia em que os EUA e Israel atacaram o Irã. Na bomba, o preço médio do óleo ultrapassa os R\$ 7.

Diante do aumento dos combustíveis, o que mais causa temor ao trabalhador brasileiro é o preço da gasolina, mesmo que o impacto direto seja sobre o diesel. Com o temor do aumento de preços, o novo ministro da fazenda, Dario Durigan, propõe a redução do ICMS por parte dos governadores, com a união pagando o prejuízo.

Todavia, a medida apresenta fragilidades relevantes. Isso porque os preços dos combustíveis no Brasil não dependem exclusivamente da carga tributária estadual, estando fortemente vinculados à política de preços da Petrobras, a qual, devido às políticas neoliberais tanto do governo Temer, Bolsonaro e Lula, serve aos interesses do capital externo e visa assegurar a lucro e dividendos de seus investidores. A empresa possui autonomia para reajustar seus preços conforme variáveis como o mercado internacional do petróleo, a taxa de câmbio e sua própria estratégia comercial.

Mesmo com fim do programa de PPI em 2023, a Petrobras segue uma dinâmica que evidencia a permanência de uma racionalidade econômica alinhada ao ideário neoliberal, na qual a lógica de mercado e a maximização de resultados se sobrepõem à função social da empresa e às demandas internas do desenvolvimento nacional.

Nesse contexto, observa-se uma tensão entre a formal ruptura com o PPI e a continuidade de práticas que, na essência, ainda refletem a inserção subordinada do país no mercado internacional de commodities. A Petrobras, embora seja uma empresa de economia mista com papel estratégico, opera sob condicionantes que limitam sua autonomia, colocando a política dos preços dos combustíveis a serviço dos interesses do capital. Assim, a política de preços não pode ser compreendida apenas como uma escolha técnica, mas como expressão de um projeto político mais amplo de organização econômica.

Essa medida paliativa é, portanto, bastante limitada, porque toda a lógica de organização do setor energético do Brasil é orientada a partir dos interesses capitalistas de grandes empresas, sobretudo internacionais. A regulação dos preços, a reversão das privatizações, o investimento na criação de empresas para controle e exploração dos recursos estratégicos e um plano de médio a longo prazo de transição energética, que diminua nossa dependência de combustíveis fósseis, são as medidas que podem garantir que os trabalhadores brasileiros não fiquem refém dos preços dos combustíveis.

## Cultura e Movimentos Sociais

## 13 de maio, a abolição formal e a permanência da estrutura de exploração

*A partir da reconfiguração da sociedade e o estabelecimento das relações de opressão e exploração do trabalho, a “liberdade” estabeleceu-se dentro de uma hierarquia concebida pela ideia de divisão de raças que inferiorizam a população negra*

O dia 13 de maio é marcado pela abolição da escravidão no Brasil, contudo, as mesmas estruturas que sustentam a desigualdade social e racial continuam vigentes no país, tornando este um mero marco do encerramento de um regime jurídico. A partir da reconfiguração da sociedade e o estabelecimento das relações de opressão e exploração do trabalho, a “liberdade” estabeleceu-se dentro de uma hierarquia concebida pela ideia de divisão de raças que inferiorizam a população negra.

A assinatura da Lei Áurea é entendida pelo seu caráter reformista, conduzida sob perspectiva arcaica do passado escravista aos interesses da classe dominante, evitando esboçar transformações substanciais com a capacidade concreta de extinguir o escravismo em sua práxis restringindo-se a mudanças simbólicas. Nesse contexto, a exploração muda apenas a sua forma, dando lugar a uma sociedade marcada pela segregação espacial, condicionando pessoas negras à moradias em localidades desprovidas de serviços urbanos, acesso à educação, saúde, saneamento e lazer. Fato que segue compatível com a realidade brasileira em continuidade ao processo histórico de exclusão social. Dados apontam para a concentração da população negra no Brasil em áreas mais pobres, a diferença pode ser demonstrada dado a diferença proporcional de pessoas pretas e pardas moradoras de comunidades periféricas, chegando a totalizar 72,9% dos 656 municípios levantados (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2022).

Vale destacar o papel das ações e resistências protagonizadas durante o período da escravatura, a abolição da escravidão está longe de ser um ato benevolente das classes dominantes locais ou, unicamente, de pressões externas imperialistas. Foi particularmente através da luta contínua dos escravizados, entre as diversas rebeliões e os quilombos, que firmaram-se importantes meios de luta de classe que atuaram significativamente para o enfraquecimento progressivo da escravidão, bem como explica Clovis Moura em seu texto:

*“O escravo não foi uma peça passiva dentro do sistema escravista. Pelo contrário, reagiu permanentemente contra ele, através de fugas, suicídios, crimes contra senhores e feitores, insurreições e pela organização de quilombos.” (Clóvis Moura, Rebeliões da Senzala, 1959).*

Assume-se que a Lei Áurea compreende uma readequação econômica do país, integrado a parte do processo de acumulação primitiva de capital em expansão (face a formação capitalista globalizada), que exige a presença de consumidores, logo, a forma da escravidão tende a entrar em contrariedade com o sistema capitalista. Dessa forma, a escravidão que havia tido um papel central para o acúmulo de riqueza desde o período colonial, tornava-se progressivamente incompatível com a nova lógica de

uma nova sociedade regida por um sistema que necessita da circulação de mercadorias e da ampliação do mercado de consumidor.

Ainda seguindo com a lógica de superexploração da força de trabalho, o Brasil reorganiza seus moldes funcionais, se adequando às novas exigências do capital, coexistindo com a persistência das desigualdades estruturais. Através da concentração de riqueza nas mãos de poucos, aqueles que não detinham terras e recursos, passam a depender integralmente da mão de obra assalariada em condições desiguais.

Apesar de formalmente libertos, os negros ainda carregavam as marcas do período de escravidão, sem qualquer base material para o pós-abolição, e muitos ainda se encontraram obrigados a permanecer nas mesmas fazendas e aceitar salários muito abaixo das necessidades materiais de reprodução da própria sobrevivência. Assim sendo, as diferenças raciais passam a ser utilizadas para organizar e justificar a exploração do trabalho dentro do capitalismo. Com isso, o racismo surge enquanto uma ferramenta para legitimar salários mais baixos e jornadas mais intensas/extensas, restringir oportunidades e manter trabalhadores negros em posições de maior instabilidade. Isso explica o porquê do racismo ser parte do funcionamento econômico, contribuindo para a manutenção e subalternização da população negra em prol da garantia da reprodução do sistema capitalista.

Mesmo após passarem-se mais de um século do fim formal da escravidão, as memórias e cicatrizes dessa época permanecem visíveis e a população negra ainda continua sendo alvo das maiores taxas de desemprego, menor acesso a educação de qualidade e da precarização do trabalho. Dessa forma, questiona-se o sentido do 13 de maio em razão da continuidade histórica das desigualdades, além de revisitar sob qual tipo de liberdade foi posta a maioria da classe trabalhadora brasileira no pós-1888, denunciando a relação estrutural entre o capitalismo e o racismo.

Reconhecendo que a efetiva emancipação da população negra permanece como um processo inacabado, cabe a nós não apenas somar forças às lutas sociais em curso (ainda que marcadas por limites reformistas), mas tencioná-las politicamente. Nossa tarefa, enquanto comunistas, é elevar o nível do debate político, radicalizando a crítica e apontando para a necessidade de uma transformação estrutural, que ultrapasse as políticas institucionais e caminhe na direção do rompimento com o sistema como todo. O movimento negro necessita estar associado ao desenvolvimento da consciência acerca da ação do capitalismo na formação social brasileira, numa compreensão da luta de classe, visando modificações aprofundadas nas suas raízes histórico-materiais, erguendo mecanismos de quebra das formas de opressões.

Sindical

# Avanço da pejetização anula direitos trabalhistas

O Tema 1389 do STF, que trata da pejetização, representa um retrocesso nos direitos trabalhistas ao legitimar contratos que precarizam a relação de trabalho. Esse julgamento tende a enfraquecer as garantias dos trabalhadores, ampliando a exploração e a informalidade

Em 2017, logo após o golpe que destituiu o governo Dilma Rousseff, o neoliberalismo, que nunca foi extirpado durante os 13 anos de governos do PT, intensificou seu avanço por meio do programa “Ponte para o Futuro”, liderado por Michel Temer e sua equipe econômica. O projeto impôs restrições fiscais severas, como o teto de gastos e o congelamento dos investimentos públicos por 30 anos. Além disso, implementou uma nova rodada de privatizações — incluindo a venda de seis distribuidoras de energia da então estatal Eletrobrás — e a controversa reforma trabalhista, que foi palco de uma breve resistência das centrais sindicais, posteriormente esvaziada por promessas não cumpridas referentes ao impacto financeiro sobre os sindicatos. A reforma previdenciária também fazia parte do pacote, mas não contou com apoio suficiente à época, sendo levada adiante posteriormente pelo governo Bolsonaro.

Após as gestões Temer e Bolsonaro, e sob a promessa de proteção aos direitos sociais, estamos já no quarto ano do terceiro mandato do governo Lula, mas o cenário está muito distante das promessas feitas em campanha. Não houve reformas estruturais, como a reestatização dos setores elétrico e petrolífero, tampouco a revogação da reforma trabalhista. Ao contrário, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem assumido papel legislativo em temas sensíveis à rotina da classe trabalhadora, notadamente com o julgamento do Tema 1389, que prevê a possibilidade de “pejetização” ir-restrita — ou seja, a transformação de qualquer relação de trabalho em contrato entre pessoas jurídicas. Isso representaria um golpe fatal contra a já comalida Consolidação

das Leis do Trabalho (CLT).

Antes da reforma trabalhista, a terceirização se limitava a atividades-meio; as atividades-fim deveriam ser exercidas mediante contratos diretos, garantindo a preservação da qualidade mínima do emprego e direitos básicos como férias, 13º salário e FGTS. Contratos firmados entre pessoas jurídicas, por sua vez, configuram relações comerciais, não vínculos trabalhistas, o que fragiliza a proteção social do trabalhador.

Somente em relação ao FGTS não pago, os valores somam R\$ 24,2 milhões entre janeiro de 2022 e outubro de 2024. O Fundo de Garantia é o principal mecanismo de financiamento habitacional no Brasil, essencial para programas como o Minha Casa Minha Vida, que, mesmo com limites estruturais, ainda é a principal via para aquisição da casa própria por trabalhadores das camadas populares, pois permite que tanto a entrada quanto as amortizações sejam financiadas via FGTS.

Dados do IBGE revelam que, entre 2022 e 2024, 56% dos trabalhadores demitidos que passaram a atuar como pessoas jurídicas (PJ) recebiam até R\$ 2 mil mensais, e 37% recebiam até R\$ 6 mil, evidenciando o impacto real sobre os segmentos mais vulneráveis da população trabalhadora. No mesmo período, houve um crescimento de 90% no número de trabalhadores autônomos e um aumento de 24% no número de Microempreendedores Individuais (MEI), com rendimento de até R\$6750 mensais. Esses dados demonstram como a informalidade se vale da fragilidade das regulações contratuais, já que nem mesmo a precarização via modelo PJ é respeitada em sua totalidade.

Segundo a nota técnica SEI nº

3035/2025/MTE, entre janeiro de 2022 e outubro de 2024 cerca de 3,9 milhões de trabalhadores brasileiros tiveram seus contratos rescindidos e, para continuar atuando, foram obrigados a se cadastrar como MEIs — uma migração coercitiva para o novo modelo contratual.

Muitas empresas mantêm práticas que configuram vínculo empregatício, tais como a exigência de bater ponto e cumprir jornada preestabelecida. Esses elementos descaracterizam a prestação de serviços autônomos e expõem manobras contratuais que visam sonegar direitos e tributos trabalhistas, aumentando margens de lucro às custas da precarização dos postos de trabalho.

Outro fator preocupante é o desfinanciamento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Com a pejetização, as empresas deixam de contribuir com a parte patronal da previdência, gerando um rombo de R\$89 bilhões aos cofres públicos desde a reforma trabalhista, sendo R\$61,4 bilhões apenas entre janeiro de 2022 e outubro de 2024. Esse déficit agrava o sucateamento do sistema de seguridade social, ameaçando diretamente as garantias e perspectivas de aposentadoria da classe trabalhadora.

Defensores da reforma trabalhista argumentaram que ela reduziria os litígios trabalhistas, devido à flexibilização contratual e às alterações na legislação da Justiça do Trabalho, como a implementação de portarias que dificultam o acesso à justiça gratuita e impõem custos processuais ao trabalhador em caso de derrota.

No entanto, dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) indicam o oposto: em 2020 foram ajuizados 167 mil processos solicitando

reconhecimento de vínculo empregatício; já em 2024, esse número saltou para 443 mil, quase o triplo em pouco mais de três anos.

Esses pedidos são feitos por trabalhadores tanto em contratos PJ quanto informais. Se o STF decidir favoravelmente à pejetização no julgamento do Tema 1389, esses processos poderão ser extintos sumariamente em prejuízo dos trabalhadores, consolidando uma absurda jurisprudência que beneficiaria integralmente o capital em todas as instâncias.

O relator do Tema 1389 é o ministro Gilmar Mendes, figura que inspira desconfiança devido a seus interesses privados — é sócio do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), uma faculdade patrocinada por grandes grupos empresariais como a JBS, da qual também é fornecedor de gado. Mendes tem histórico de votos contrários aos direitos trabalhistas, como no Tema 1022, quando se posicionou favoravelmente à dispensa imotivada de empregados públicos em estatais.

Essas relações próximas entre o STF, bancos como o Master e grandes conglomerados empresariais ilustram o que a crítica marxista denuncia há décadas: o uso do Estado como balcão de negócios da burguesia, que manipula o aparato legal para fortalecer a acumulação capitalista às custas da destruição das condições mínimas de qualidade de vida da classe trabalhadora.

A flexibilização total dos contratos de trabalho abre caminho para uma precarização generalizada, que além de excluir direitos fundamentais, permite ao empregador eliminar medidas básicas de segurança, como Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), além de atacar intervalos de descanso e alimentação, ampliando a exploração sem qualquer responsabilidade patronal significativa.

A liberdade para contratos via PJ torna inviável a luta pela redução da jornada. A escala 6x1, atualmente debatida no Congresso, simboliza essa disputa. No entanto, essa pauta já nasce rebaixada ao sair das mãos do movimento governista, que abandonou a defesa do 4x3 em 30 horas semanais — bandeira do PCB e de outras organizações da esquerda radical — para um patamar reduzido de 5x2 em 40 horas semanais, um acordo que minimiza conflitos com a burguesia.

Portanto, a defesa do fim da escala 6x1 está diretamente ligada à necessidade de derrubar o Tema 1389. Essa luta deve estar no centro da agenda dos movimentos sociais e sindicatos, que precisam aprender com as derrotas de 2017 a evitar retrocessos na defesa dos direitos trabalhistas.



Manifestação realizada pelo Sindicato, na USP. Foto: Laís Costa/SindmetalSJC/Reprodução

Internacional

# Governo e oposição bolsonarista convergem no entreguismo das terras raras brasileiras

*Ganha força no Congresso a defesa de uma política baseada em elementos de segurança jurídica ao capital monopolista e da priorização de incentivos à exploração por empresas privadas estrangeiras que dominam o setor*

Por Filgueira

Em reunião com ministros, realizada em 22 de abril, o presidente Lula fechou questão em seu governo contra a criação da Terrabras, optando pelo apoio ao Projeto de Lei 2780/2024, relatado por Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), na qual não existem distinções sobre a participação de capitais nacionais ou estrangeiros na exploração de terras raras e minerais críticos e estratégicos.

O Governo Lula defende tal política baseada em elementos de segurança jurídica ao capital monopolista, contrariando a sua própria base social, e prioriza os incentivos ao setor privado com o estabelecimento de instrumentos regulatórios que, na prática, entregarão o controle sobre tais recursos ao capital estrangeiro em detrimento do controle nacional sobre a exploração através de uma empresa estatal.

## O jogo de cena da base governista

No início de abril de 2026, o deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), apresentou à Câmara dos Deputados um Projeto de Lei (PL) 1733/2026 autorizando a construção da Terras Raras Brasileiras S.A. – TERRABRAS, uma empresa pública destinada “à pesquisa, à exploração, ao aproveitamento econômico, ao beneficiamento, à industrialização e à comercialização de terras raras, minerais estratégicos e minerais críticos”, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Na prática, a empresa desempenharia o papel que hoje desempenha a Petrobrás na exploração do petróleo.

O projeto propõe que a União detenha a participação mínima suficiente para manter o controle acionário da empresa, podendo dividir a participação acionária com empresas privadas, investidores individuais e institucionais, fundos soberanos e bancos públicos de desenvolvimento. Além disso, a administração da empresa seria feita por meio de um Conselho de Admi-

nistração, uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal, todos eles indicados proporcionalmente pelos acionistas e eleitos em Assembleia Geral, permitindo que o setor privado tenha controle econômico e administrativo de uma empresa pública.

A proposta já nasceu rebaixada, quando a ala governista não se dispôs a travar uma luta pela reestatização dos setores extrativistas. Na campanha presidencial de 2022, Lula discursou sobre a necessidade de reverter as privatizações realizadas durante as gestões Temer e Bolsonaro, mas, eleito, não se movimentou em relação à pauta; pelo contrário, sem necessidade de aprovação do Congresso, aprofundou o Programa Nacional de Desestatização (PND), colocando rios, florestas, unidades prisionais, sistema educacional, linhas férreas, saneamento, transporte e energia sob a mira das privatizações coordenadas pelo BNDES.

“Flertar” com a reestatização de setores estratégicos do país e construção de novas empresas públicas é uma tática eleitoral antiga do PT. Em 2006, a campanha de Lula intensificou os ataques às privatizações ocorridas durante o governo FHC, mas, em quase 20 anos de mandato, nunca reverteu a dominação burguesa dos setores estratégicos do país. A reestatização sob controle operário e popular de empresas como Vale e Petrobrás, e a defesa inegociável do SUS e dos Correios, por exemplo, não é apenas um debate sobre “para quem vai o lucro”; é, na verdade, uma pauta fundamental para garantir direitos básicos ao povo brasileiro e defender sua soberania *ainda sob os marcos do capitalismo*.

Contrariando sua própria base social, que vem levantando campanha e abaixo-assinado para “pressionar” a criação da estatal nos termos do projeto de Rollemberg, o Governo Lula optou por apoiar um projeto ainda mais rebaixado, que não prevê a criação da empresa estatal, apenas “definindo parâmetros” para a entrega da exploração dos minerais críticos a empresas privadas nacionais e estrangeiras.

## O bolsonarismo vai ainda mais além no entreguismo

No mesmo sentido, buscando burlar a “entrega controlada” das terras raras ao capital estrangeiro articulada pelo Governo Federal, o governador Ronaldo Caiado (PSD-GO) diz estar “fechado com os EUA” a respeito da conclusão da venda da mineradora Serra Verde à empresa americana USA Rare Earth. Caiado, que já se apresenta como pré-candidato do partido à Presidência da República para as eleições de 2026, alinha-se ao discurso de outro pré-candidato, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que, em conferência nos EUA, reforçou que as terras raras são fundamentais para os equipamentos da máquina de guerra estadunidense e que o Brasil seria a solução para “quebrar a dependência da China por minerais críticos, especialmente terras raras”.

Segundo o relatório *Mine-ral Commodity Summaries 2025*, do *United States Geological Survey (USGS)*, a China lidera com aproximadamente 49% das reservas conhecidas e, junto com o Brasil, respondem por mais de 70% das reservas globais de terras raras exploráveis. A China unificou em 2021 seis empresas estatais para controlar o setor extrativista no *China Rare Earth Group*, integrando verticalmente toda a cadeia, da extração à venda de produtos finais. Em 2023, 68% da produção global de terras raras estava sob controle chinês, enquanto os Estados Unidos respondiam por apenas 12%. Em resposta, os EUA realizaram investimentos estatais progressivos no setor, além de buscar alianças formais (como a realizada em Goiás) e intervir diretamente nas cadeias produtivas de países da periferia do capitalismo, como o Brasil.

Com contradições latentes, a disputa das Terras Raras no Brasil tem sido palco de uma disputa entre setores da burguesia monopolista internacional e da narrativa dos partidos políticos brasileiros (tanto os social-liberais da base governista, quanto os abertamente reacionários como PL e PSD). Enquanto as potências imperialistas se digladiam em torno da exploração de minerais

brasileiros, a corrida presidencial se torna palco de quem detém a narrativa da entrega desses recursos.

Sob o apassivamento de setores social-liberais, o debate sobre as terras raras no Brasil está ocorrendo a despeito dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, ocorrendo em reuniões de gabinetes e acordos laterais do setor público com entes privados. Quando entendemos que há “setores estratégicos do proletariado”, estamos reafirmando a necessidade de uma organização proletária consequente em setores dinâmicos caros para a economia capitalista para que, na guerra de posições preparatória à ofensiva revolucionária do proletariado, a infiltração nessas “fortalezas produtivas” coloque os trabalhadores em uma posição decisiva no curso dos eventos, a exemplo da luta dos trabalhadores navais do Mediterrâneo, que estão paralisando diversos setores portuários de diversos países desde fevereiro, apresentando demandas por melhores condições de trabalho e exigindo ações imediatas contra as tensões no Golfo Pérsico e região, como a Guerra no Irã e o genocídio na Palestina.

Ter que escolher “um lado” em meio a disputa entre dois blocos imperialistas (encabeçados por EUA e China em cada lado) é, na verdade, um falso debate que atende única e exclusivamente aos interesses de uma ou outra burguesia monopolista em disputa, deixando de lado os interesses reais da classe trabalhadora que, controlando seus setores estratégicos, poderá direcionar a exploração dos minerais estratégicos para o desenvolvimento tecnológico a serviço do povo, não do lucro de acionistas e da corrida tecnológica ou das máquinas de guerra imperialistas. A luta contra o entreguismo e a privatização encontra-se na luta contra as investidas imperialistas (por pressão bélica ou por guerras econômicas), porque ambas são indissociáveis da luta contra o capitalismo em crise. Somente com a organização dos trabalhadores em torno de um programa socialista será possível ter o controle social de nossas riquezas e derrotar os inimigos de classe dos trabalhadores.

Assine nossa campanha de financiamento em [apoia.se/jornalofuturo](https://apoia.se/jornalofuturo) ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: [contato@jornalofuturo.com.br](mailto:contato@jornalofuturo.com.br)

